

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

DENIZE MARTINS SILVA

**EVIDENCIAÇÃO DAS PROVISÕES AMBIENTAIS DAS EMPRESAS
INTEGRANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE
EMPRESARIAL (ISE)**

**FLORIANÓPOLIS
2016**

DENIZE MARTINS SILVA

**EVIDENCIAÇÃO DAS PROVISÕES AMBIENTAIS DAS EMPRESAS
INTEGRANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE
EMPRESARIAL (ISE)**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Dra. Denize Demarche Minatti Ferreira

**FLORIANÓPOLIS
2016**

DENIZE MARTINS SILVA

**EVIDENCIAÇÃO DAS PROVISÕES AMBIENTAIS DAS EMPRESAS
INTEGRANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE
EMPRESARIAL (ISE)**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Profa. Dra. Denize Demarche Minatti Ferreira
Orientadora

Professores que compuseram a banca:

Profa. Dra. Suliani Rover

Prof. Dr. Luiz Felipe Ferreira

**FLORIANÓPOLIS
2016**

RESUMO

SILVA, Denize Martins. **Evidenciação das Provisões Ambientais das Empresas Integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. 2016. 22p. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis - SC.

O presente estudo tem por objetivo analisar se as empresas listadas na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) evidenciam suas provisões ambientais conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25. O estudo caracteriza-se como descritivo quanto aos objetivos, com abordagem quali-quantitativa, documental para a coleta de dados e bibliográfico quanto a análise de estudos anteriores. A população estudada foi composta pelas 40 empresas listadas na carteira no exercício de 2015 do ISE, da BM&FBOVESPA. Verificou-se durante a pesquisa que das 40 empresas da carteira apenas 10 apresentavam provisões ambientais. Sendo assim, através da análise de conteúdo foram analisadas as notas explicativas das 10 empresas do período de 2010 a 2014. As categorias avaliativas foram criadas baseando-se nos critérios de evidenciação de provisões estabelecidos pelo CPC 25, e para cada uma foi verificada sua existência ou não nas notas explicativas. Para um estudo quantitativo dos dados coletados, utilizou-se uma métrica para a avaliação do nível de evidenciação de cada empresa, associando o número 2 quando a empresa evidencia as informações ambientais de acordo com o modelo; 1 quando a empresa evidencia as informações parcialmente; e 0, quando a empresa não evidencia as informações ambientais em conformidade com o modelo. A pesquisa justifica-se por trazer contribuições à área de contabilidade e por demonstrar se as organizações listadas no ISE estão evidenciando adequadamente os suas provisões ambientais. Os resultados apresentados mostram que a maior parte das empresas não evidencia suas provisões ambientais conforme normatiza o CPC 25. O estudo considerou que apenas uma empresa evidenciou suas provisões de acordo com a norma em todos os anos analisados. Uma análise setorial mostrou que as empresas do setor de Energia Elétrica são as que, em média, melhor evidenciam suas provisões ambientais.

Palavras-chave: Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), Pronunciamento Técnico CPC 25, Evidenciação de Provisões Ambientais.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Variação da evidenciação no período de 2010 a 2014.....	19
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Categorias para avaliação da evidenciação das provisões ambientais.....	15
Tabela 2 Carteira ISE 2015	15
Tabela 3 Nível de evidenciação de cada categoria	16
Tabela 4 Composição da carteira ISE por setor	17
Tabela 5 Pontuação das empresas conforme métrica utilizada	17
Tabela 6 Nível de evidenciação de cada empresa	19
Tabela 7 Evidenciação por setor de atuação.....	20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas

APIMEC NACIONAL - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CPC - Comitê de Pronunciamentos Técnicos

DJSI - Dow Jones Sustainability Indexes

ECO-92 - Conferência Rio 92

FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras

GRI - Global Reporting Initiative

IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)	10
2.2 Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o CPC 25	11
2.3 Teoria dos <i>Stakeholders</i>	12
2.4 Teoria do <i>Disclosure</i>	13
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	14
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	15
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS	21

1. INTRODUÇÃO

É recorrente o pensamento de que qualquer preocupação extra com o meio ambiente acarretará em aumento das despesas e consequente impacto negativo nos resultados. Entretanto, há uma crescente conscientização de que os recursos naturais são esgotáveis e quando mal utilizados, colocarão em risco a continuidade dos negócios das empresas.

Nesse sentido, o gerenciamento ambiental passa a fazer parte da estratégia das empresas, com o intuito de resolver os problemas ambientais da própria organização, da sociedade geral e das futuras gerações. Atualmente, o desenvolvimento da tecnologia volta-se para o equilíbrio ambiental e empresas pouco preocupadas em reduzir excessos e desperdícios sentirão impactos pela perda de competitividade frente suas concorrentes.

Assim, sabendo que o crescimento excessivo sem as devidas precauções com as emissões de poluentes significa desperdício e ineficiência, acarretando na perda de competitividade, as empresas vêm buscando investir em programas de sustentabilidade ambiental (Nossa, 2002).

Segundo o autor, além da preocupação com os resultados financeiros, há também grande interesse em saber como as atitudes das organizações empresariais são recebidas pela sociedade. Para isso, é necessária adequada evidenciação sobre as ações e os procedimentos adotados, visto que os *stakeholders* buscam cada vez mais transparência das informações das empresas.

A evidenciação das informações ambientais está de acordo com princípios contábeis como o da oportunidade, o qual determina que o registro dos fatos devem ser feitos no momento em que ocorrem, e o da continuidade, por mostrar "a verdadeira situação patrimonial da empresa ao revelar os riscos ambientais inerentes ao negócio da mesma, bem como os passivos ambientais já gerados por suas atividades" (Monteiro & Ferreira, 2007, p. 83).

Buscando estimular a responsabilidade ética das corporações, dando mais visibilidade as empresas engajadas em crescer sustentavelmente, em 2005 foi criado o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). O ISE seleciona as empresas na Bolsa, levando em consideração o que se chama de *Triple Bottom Line*: tripé da sustentabilidade que integra a eficiência econômica, equilíbrio ambiental e justiça social (BM&FBOVESPA, 2015).

Dentre as informações ambientais que devem ser evidenciadas pelas empresas estão as provisões ambientais. Tais provisões são decorrentes de processos judiciais ou custos para reparação de danos ambientais gerados no curso das atividades normais da entidade. Dessa forma, seu reconhecimento deve ocorrer à medida que os danos ocorrem. Como toda provisão, deve ser constituída para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. O Pronunciamento Técnico CPC 25 normatiza a evidenciação de provisões e passivos e ativos contingentes, com a finalidade de permitir que os usuários tenham acesso a informações suficientes para a tomada de decisão (CPC 25, 2009).

Considerando a importância do ISE quando se trata de sustentabilidade empresarial, faz-se o seguinte questionamento: Como são evidenciadas as provisões ambientais pelas empresas listadas na carteira ISE?

Entendendo que a evidenciação das informações ambientais é tema relevante para a contabilidade, o presente estudo tem por objetivo analisar se as empresas listadas na carteira ISE de 2015 evidenciam suas provisões ambientais conforme o CPC 25. A pesquisa justifica-se por trazer contribuições à área de contabilidade e por demonstrar se as empresas listadas nesse índice estão evidenciando adequadamente as suas provisões ambientais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Com o intuito de reforçar a importância das questões ambientais no meio empresarial, este tópico do trabalho traz as informações mais relevantes sobre o ISE e sua influência para a contabilidade ambiental, bem como alguns conceitos relevantes para o presente estudo, trazidos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Também serão apresentadas as duas teorias que serviram de embasamento para o presente estudo: a Teoria dos *Stakeholders*, que trata dos diversos grupos que possuem interesse nos relatórios contábeis e socioambientais, e a Teoria do *Disclosure*, que se refere à evidenciação das informações para os *stakeholders*.

2.1 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

A conscientização sobre os problemas ambientais e a busca em se discutir a problemática homem *versus* natureza, levou à organização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, em 1972. Conhecida como Conferência de Estocolmo, reuniu 113 países e foi marcada pelos debates em torno da desigualdade econômica dos desenvolvidos e dos subdesenvolvidos. Os países em desenvolvimento buscavam crescimento econômico rápido e afirmavam que os países já industrializados se beneficiaram do crescimento descontrolado até então (Ganem, 2012).

A Conferência de Estocolmo teve como produto a Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, e com ela foi posto que: o desenvolvimento econômico é uma pré-condição para a melhoria da qualidade de vida; os Estados são soberanos para exploração dos recursos naturais em seus territórios; e a pobreza, bem como a industrialização, são causas da degradação ambiental (Ganem, 2012).

A Conferência Rio 92 (ECO-92), também de grande importância, traz um novo arranjo teórico e político do debate em torno da problemática ambiental. A sustentabilidade bem como o conceito de desenvolvimento sustentável transformaram-se no ponto centro do paradigma de desenvolvimento dos anos de 1990 (Jacobi, 2005).

Com o intuito de promover maior incentivo ao desenvolvimento sustentável e ao *disclosure* de informações ambientais de forma voluntária, vários índices e rankings de relatórios ambientais surgiram nas últimas décadas.

Criado em 2005 pela BM&FBOVESPA, o ISE é o primeiro indicador de sustentabilidade na América Latina e o quarto no mundo. Este índice é consequência de uma tendência a se avaliar empresas pelo nível de responsabilidade social corporativa, iniciada pela Bolsa de Nova Iorque quando esta lançou o índice *Dow Jones Sustainability Indexes* (DJSI), em 1999 (Marcondes & Bacarji, 2010).

Conforme a BM&FBOVESPA, em sua apresentação do índice, o principal objetivo do ISE é "identificar as empresas que se destacam pelo seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e alinhamento estratégico com a sustentabilidade, [...] criando um ambiente de investimento compatível com as demandas da sociedade". Uma carteira de ações que visa a sustentabilidade socioambiental e econômica das empresas se torna um *benchmark* para investidores que não se interessam apenas pela rentabilidade de seus investimentos.

A primeira carteira teórica do ISE era composta por 34 ações de 28 empresas. Em 2015, são 51 ações de 40 empresas, sendo este o número máximo de empresas permitido pelas normas do índice. As empresas elegíveis à carteira devem possuir uma das 200 ações mais líquidas da BM&FBOVESPA, e serão avaliadas pelo seu desempenho em um questionário-base, cujas respostas devem ser passíveis de comprovação através de documentos (BM&FBOVESPA, 2012; Marcondes & Bacarji, 2010).

O questionário enviado às empresas é dividido em sete dimensões: Geral, Natureza do Produto, Governança Corporativa, Econômico-Financeira, Ambiental, Social e Mudanças

Climáticas. Cada dimensão possui seus critérios e a estes são atribuídos diferentes pesos. A pontuação obtida pela empresa através de suas respostas ao questionário é uma avaliação quantitativa, enquanto que a análise dos documentos de comprovação das respostas é uma avaliação qualitativa. As 40 empresas com os melhores resultados farão parte da carteira ISE (BM&FBOVESPA, 2012).

Diversos estudos utilizam as empresas participantes do ISE como objeto de análise, como o de Silva, Rocha, Wienhage e Rausch (2009), que buscou saber quais são as informações relativas a gestão ambiental mais evidenciadas pelas empresas que compõem a carteira ISE 2009. Foram analisados um total de 58 relatórios, sendo relatórios de administração e notas explicativas do ano de 2008, utilizando um modelo com indicadores de responsabilidade social empresarial desenvolvido pelo Instituto Ethos. O modelo usado divide-se em 5 categorias: Resíduos, Materiais, Energia, Água e Transporte. Os autores chegaram a conclusão de que as informações mais evidenciadas referem-se a “Resíduos” e a “Energia”. Eles também ressaltam que a possibilidade máxima de evidenciação ambiental seria de 1044 observações, mas que o estudo encontrou apenas 128 observações, o que corresponde a 12% do total possível de evidenciação.

Souza, Rásia e Jacques (2010), analisaram qual a amplitude das informações ambientais evidenciadas nas demonstrações contábeis das empresas dos segmentos de energia elétrica, química e siderurgia e metalurgia que estão presentes na carteira ISE dos anos de 2007 e 2008. Os resultados mostraram que as informações de cunho ambiental são evidenciadas através do Balanço Social, dos Relatórios de Administração e das Notas Explicativas. A maior parte das empresas fazem uso do Balanço Social para divulgação de indicadores e metas ambientais. O Relatório de Administração apresenta os investimentos em projetos e programas ambientais onde as empresas analisadas atuam. Por fim, as Notas Explicativas são utilizadas por apenas algumas das empresas para informar sobre os riscos e contingências ambientais.

Menezes, Arruda, Cabral, Santos e Silva (2014), buscaram saber como ocorre a evidenciação de passivos ambientais de empresas do ISE. Para o alcance deste objetivo, os autores apresentaram três hipóteses para teste: H1) A maioria das empresas evidencia seus passivos ambientais apenas em relatórios administrativos; H2) Ao longo do período não existe diferença na forma de evidenciação dos passivos ambientais; e H3) As empresas do setor de utilidade pública/energia elétrica são mais transparentes na evidenciação de seus passivos ambientais. Por meio da análise de conteúdo do Balanço Patrimonial, das Notas Explicativas e do Relatório da Administração das empresas listadas no ISE nos anos de 2012, 2013 e 2014, o estudo permitiu recusar a primeira hipótese, confirmar a segunda e confirmar parcialmente a terceira hipótese.

A gestão ambiental praticada pelas empresas e a quantidade de informação evidenciada, tanto a voluntária quanto a involuntária, surge como nova ferramenta de avaliação para aqueles interessados nas estratégias e atitudes das organizações, os chamados *stakeholders*.

2.2 Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o CPC 25

Criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) é composto por seis entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL); BM&FBOVESPA; Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON); e Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras (FIPECAFI).

Buscando uma convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais, o CPC tem como objetivo emitir Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos contábeis,

com vistas a centralizar e uniformizar a emissão de normas dessa natureza. Dentre os 48 pronunciamentos emitidos até a data de 20 de Junho de 2016 tem-se o CPC 25, que trata das provisões e passivos e ativos contingentes.

O referido pronunciamento busca estabelecer "critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor" (CPC 25, 2009). Como o presente trabalho pretende saber como são evidenciadas determinadas provisões, faz-se necessário o entendimento de alguns conceitos sobre o assunto.

Conforme conceituação do próprio CPC 25 (2009), passivo é uma obrigação presente da entidade, resultante de eventos passados e cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Um passivo contingente, por outro lado, pode resultar de uma obrigação presente, mas quando não seja provável que esta gere uma saída de recursos da entidade ou quando não for possível a mensuração do seu valor monetário. Também são consideradas passivos contingentes, obrigações ainda não confirmadas, dependentes da ocorrência de eventos futuros.

Provisões são reconhecidas como passivo quando relacionadas a obrigações presentes, cujos valores possam ser confiavelmente estimados, e quando é provável que uma saída de recursos da entidade seja necessária para liquidar a obrigação. São reavaliadas a cada exercício para uma eventual atualização do seu valor e para verificação da probabilidade da sua utilização; caso não seja mais provável uma saída de recursos, a provisão deve ser revertida (CPC 25, 2009).

2.3 Teoria dos *Stakeholders*

A Teoria dos *Stakeholders* teve seu início na década de 1980, quando surge a obra de Freeman, *Strategic Management: a stakeholder approach*, que conceitua *stakeholder* como "qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar, ou é afetado, pelo alcance dos propósitos de uma firma" (Freeman, 1984, p. 46). Esse conceito pode ser considerado o mais utilizado na literatura e a obra de Freeman, segundo estudo bibliométrico de Ribeiro (2015), é a mais referenciada pelos estudiosos da questão.

A evidenciação de informações contábeis e socioambientais por parte das empresas são necessárias a diversos grupos de interesse. Apesar de os critérios de sustentabilidade ambiental serem recentes para a análise de um bom investimento, hoje, vários fundos financeiros e investidores já fazem uso deles para decidir sobre um aporte de capital (Tinoco & Kraemer, 2008).

Entre os *stakeholders* interessados na evidenciação da informação ambiental estão: os investidores e as instituições financeiras, que esperam informações sobre a estratégia e desempenho ambiental da empresa num nível corporativo, relacionado-os com as informações financeiras; os credores, interessados nas oportunidades e riscos que a empresa pode transferir a eles; as companhias seguradoras, atraídas pelos possíveis custos ambientais que as operações da empresa podem acarretar, buscam informações sobre a responsabilidade e o nível de risco das organizações; e os analistas financeiros, os quais buscam avaliar o *status* ambiental da empresa para poderem recomendá-las ou não aos seus clientes (Nossa, 2002; Tinoco & Kraemer, 2008).

Além dos *stakeholders* já mencionados, os funcionários e clientes da empresa, além dos órgãos governamentais, também são interessados na divulgação das informações. Entretanto, são pouco conhecidas as decisões que esses grupos costumam tomar em decorrência da divulgação de alguma informação. Enquanto as decisões a serem tomadas por investidores e credores são relativamente claras, tornando mais fácil discernir qual informação é útil e qual

não é útil para eles, as informações a serem apresentadas aos demais usuários não estão bem formuladas. Por conta disso, tornou-se consensual que a informação útil aos investidores e credores também será útil para os demais grupos de interesse.

Muitos estudos buscam analisar o comportamento das organizações com os *stakeholders*, destacando-se o de Mascena (2013), que teve como objetivo descrever a priorização de *stakeholders* em empresas brasileiras e a sua relação com a indústria. A amostra do estudo é composta por 90 empresas que adotam a estrutura da *Global Reporting Initiative* (GRI) para elaboração e divulgação dos relatórios anuais e de sustentabilidade. Constatou-se com os resultados obtidos que as empresas pesquisadas priorizam primeiramente os funcionários, seguidos de sociedade e compradores, direitos humanos e meio ambiente. Segundo a autora, os resultados também indicam que existem diferenças na hierarquia de priorização de *stakeholders* por indústria.

2.4 Teoria do *Disclosure*

Disclosure é o termo utilizado na língua inglesa como referência para divulgação, ou evidenciação, podendo ser entendido como "o oposto de fechamento, significando a 'abertura' da empresa por meio da divulgação de informações, garantindo a transparência corporativa diante do público e dos participantes de mercado" (Goulart, 2003, p. 58).

Tinoco e Kraemer (2008) colocam como objetivo da evidenciação, a divulgação de informações sobre aspectos econômicos, financeiros, sociais e ambientais das empresas aos seus diversos grupos de interesse, os *stakeholders*. Segundo os autores, afirmações que relacionam divulgação com informações estritamente financeiras são inadequadas sob a óptica social e ambiental, pois ignora as relações socioambientais a que estamos sujeitos. Hendriksen e Van Breda (1999) afirmam que o termo "divulgação" num sentido mais restrito é muito utilizado por contadores quando estes se referem às informações contidas dentro de um relatório financeiro. Para os autores, divulgação nada mais é que a veiculação de informações.

Lima (2007), expõe que toda informação que seja útil aos *stakeholders* para a tomada de decisões, e não somente a regulada por lei, deve estar contida no *disclosure* da empresa. Dessa forma, para o autor, o *disclosure* pode ser tanto compulsório, quando exigido por lei e regulamentos, como voluntário, quando a informação é fornecida espontaneamente pela empresa. A divulgação voluntária está relacionada ao cumprimento ético e moral das entidades, visto que é de grande importância a transmissão de informações ao seu público interno e externo.

Segundo Nossa (2002), os prêmios e *rankings* de relatórios ambientais instituídos por órgãos de regulação ambiental, tem influenciado a evidenciação voluntária por parte das empresas. Outro ponto, é a pressão que as organizações sofrem por parte dos *stakeholders*, pressão esta que se torna ainda mais impactante sobre companhias que atuam em atividades potencialmente poluidoras. Além desses fatores, a emissão de relatórios ambientais contendo informações voluntárias por parte dos concorrentes, faz com que as empresas também evidenciem mais informações espontaneamente, com receio de que a ausência de tais informações torne-se uma desvantagem perante os *stakeholders*.

Goulart (2003), acrescenta que para que ocorra verdadeira transparência, é estritamente necessário que as empresas apresentem tanto informações positivas quanto negativas sobre a sua situação. Dessa forma, apresentariam relatórios com padrões satisfatórios de evidenciação, permitindo que usuários tomem decisões baseadas em informações que refletem a realidade empresarial. Assim, as empresas estariam "pautando sua divulgação não somente pela legalidade, mas também por princípios éticos de transparência e equidade no atendimento às demandas dos diferentes usuários da informação" (Goulart, 2003, p. 59).

Dentre os estudos que utilizaram a Teoria do *Disclosure*, encontra-se o de Freitas e Oleiro (2011), cuja pesquisa investigou de que forma as empresas listadas na BM&FBOVESPA inscritas no Nível 1 de Governança Corporativa evidenciaram as variáveis da Gestão Ambiental no conjunto das Demonstrações Financeiras do ano de 2008. Para realização da pesquisa, os autores elaboraram um roteiro baseado na norma NBC T 15 e por meio da análise de conteúdo das demonstrações verificaram o que as empresas evidenciaram de informações ambientais. Os resultados do estudo mostraram que as empresas evidenciaram informações de natureza ambiental, mas que não foi encontrada nenhuma evidenciação nas peças contábeis. Todas as evidenciações foram apresentadas no relatório da administração, o que demonstra, segundo os autores, que as empresas ainda não utilizam a contabilidade e a gestão ambiental como ferramentas úteis e importantes nos aspectos relativos ao meio ambiente.

O trabalho de Nossa (2002), teve como objetivo principal verificar como está o nível de *disclosure* de informações ambientais apresentadas pelas 50 maiores empresas a nível internacional e pelas 10 maiores empresas a nível nacional, do setor de papel e celulose. As análises feitas pelo autor mostraram que as empresas possuem grande tendência a evidenciar somente informações ambientais que lhes tragam algum benefício. Assim, há um predomínio de informações positivas sobre a organização e informações negativas são evidenciadas apenas quando a empresa já possui metas e objetivos para revertê-las. Finalizando, o autor afirma que "o disclosure ambiental a nível mundial e principalmente no Brasil se apresenta ainda de maneira bastante imatura, necessitando de maiores discussões e aprofundamentos" (Nossa, 2002, pp. 223-224).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Metodologicamente a pesquisa caracteriza-se como descritiva. Segundo Gil (2002, p. 42), "as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis." Conforme Cervo e Bervian (2006), a pesquisa descritiva é aplicada predominantemente na área de ciências humanas e sociais, tendo normalmente como objeto de estudo, dados e problemas ainda não documentados e colhidos da própria realidade.

Quanto à coleta de dados a pesquisa pode ser classificada como documental, pois "vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa" (Gil, 2002, p. 45). Neste estudo foram utilizadas as notas explicativas apresentadas junto as Demonstrações Financeiras Padronizadas publicadas pelas empresas foco de análise.

Fez-se uso da pesquisa bibliográfica para elaboração do referencial teórico, pois esta visa explicar um problema através de referências teóricas, buscando as contribuições do passado sobre determinado assunto. A pesquisa bibliográfica é considerada parte da pesquisa descritiva quando realizada com o intuito de se obter conhecimentos prévios sobre o problema que virá a ser estudado (Cervo & Bervian, 2006).

O estudo possui abordagem qualitativa, por compreender a análise de conteúdo de notas explicativas, e quantitativa, por associar valores aos diferentes níveis de evidenciação de cada categoria avaliada. A análise de conteúdo, segundo Bardin (1977, p. 42), visa obter "por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens". Esse método consiste então, em manipular mensagens e estabelecer indicadores para compreendê-las, tanto no que se refere ao seu conteúdo explícito, quanto ao seu conteúdo oculto, através de um conjunto de técnicas de análise.

As categorias avaliativas foram criadas baseando-se nos critérios de evidência de provisões estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, que possui por objetivo estabelecer a aplicação de "critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor" (CPC 25, 2009).

A Tabela 1 apresenta as categorias que foram utilizadas no presente trabalho para avaliar o nível de evidência dos passivos ambientais pelas empresas.

Tabela 1 Categorias para avaliação da evidência das provisões ambientais

Categorias	
1	Valor contábil no início e no fim do período
2	Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes
3	Valores utilizados durante o período
4	Valores não utilizados revertidos durante o período
5	Aumento durante o período no valor descontado a valor presente
6	Breve descrição da natureza da obrigação
7	Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes
8	Indicação das incertezas sobre o valor
9	Valor de qualquer reembolso esperado

Fonte: Elaborada pelos autores, com base no Pronunciamento Técnico CPC 25.

Para cada categoria acima especificada, foi verificada a sua existência ou não nas notas explicativas. Uma métrica que consiste na associação das categorias a números, indicando uma pontuação, foi criada. Associou-se o número 2 quando a empresa evidencia as informações ambientais de acordo com o modelo; 1 quando a empresa evidencia as informações parcialmente; e 0, quando a empresa não evidencia as informações ambientais em conformidade com o modelo. Assim, foi possível analisar quantitativamente dados qualitativos.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A população estudada foi composta pelas 40 empresas listadas na carteira no exercício de 2015 do ISE, da BM&FBOVESPA. Foram analisadas as notas explicativas das referidas empresas do período de 2010 a 2014, com o propósito de verificar qual é o histórico de evidência de cada empresa, permitindo uma melhor comparação.

Tabela 2 Carteira ISE 2015

AES ELETROPAULO*	CIELO	FIBRIA	LOJAS RENNER
AES TIETE*	COELCE	FLEURY	NATURA
B2W DIGITAL	COPEL*	GERDAU*	SABESP*
BCO BRASIL	CPFL ENERGIA	GERDAU MET*	SANTANDER BR
BICBANCO	DURATEX	ITAUSA	SUL AMERICA
BRABESCO	ECORODOVIAS	ITAUNIBANCO	TELEFONICA BRASIL
BRASKEM*	ELETROBRAS	JSL	TIM PART S.A.
BRF S.A.	EMBRAER	KLABIN S.A.	TRACTEBEL*
CCR S.A.	ENERGIAS BR (EDP)	LIGHT S.A.	VALE*

CEMIG*	EVEN	LOJAS AMERICANAS	WEG
--------	------	------------------	-----

Fonte: Elaborado pelos autores.

*Empresas que reconheceram provisões ambientais

Verificou-se durante a pesquisa que das 40 empresas da carteira apenas 10 apresentavam provisões ambientais. Assim, foram analisadas as informações divulgadas por essas empresas em suas respectivas notas explicativas publicadas no site da BM&FBOVESPA.

Ressalta-se que as provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. Obrigações que são classificadas como possíveis, por não se ter certeza se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa resultar em saída de recursos, ou obrigações que não satisfaçam aos critérios de reconhecimento do CPC 25, são classificadas apenas como passivos contingentes, os quais não devem ser reconhecidos (CPC 25, 2009).

Dessa forma, apenas o fato de 30 empresas da população estudada não apresentarem provisões ambientais, não significa que elas não tenham nenhuma obrigação relativa a passivos ambientais, mas que suas obrigações não são classificadas como prováveis. Os passivos contingentes são avaliados periodicamente, para que seja feita verificação quanto a sua probabilidade de ocorrência.

Com base nos dados coletados, observou-se que algumas categorias foram mais evidenciadas do que outras, sendo que as mais divulgadas são aquelas nas quais predominam informações quantitativas, como pode ser verificado na Tabela 3. Os valores explicitados nesta tabela representam o número de empresas que evidenciaram alguma informação relacionada às respectivas categorias e a média de cada categoria.

Tabela 3 Nível de evidenciação de cada categoria

Categorias	2010	2011	2012	2013	2014	Média
1 Valor contábil no início e no fim do período	10	10	10	10	10	10
2 Provisões adicionais feitas no período	7	8	8	8	8	7,8
3 Valores utilizados durante o período	8	7	8	8	8	7,8
4 Valores não utilizados revertidos durante o período	6	6	8	7	7	6,8
5 Aumento durante o período no valor descontado a valor presente	7	6	7	6	6	6,4
6 Breve descrição da natureza da obrigação	10	10	10	10	10	10
7 Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos	1	1	1	2	3	1,6
8 Indicação das incertezas sobre o valor	2	2	2	2	3	2,2
9 Valor de qualquer reembolso esperado	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa.

Nas notas explicativas de todas as empresas, notou-se que as categorias 1 a 5 foram evidenciadas em forma de tabela. Entretanto, algumas empresas apresentavam uma única conta com os valores somados de mais de uma dessas categorias. Nesses casos considerou-se que houve uma evidenciação parcial, visto que não se sabe exatamente o valor monetário de cada conta.

A categoria que avalia se as empresas apresentam breve descrição da natureza da obrigação, apesar de ser relativa a uma informação qualitativa, foi bem evidenciada pelas empresas. Entretanto, as descrições voltaram-se às provisões como um todo e não às provisões ambientais, especificamente. Os textos apresentados normalmente eram trechos

modificados do próprio CPC 25, e explicavam que as provisões são feitas quando há possibilidade de perda provável para a empresa.

As únicas categorias apresentadas por todas as empresas referem-se a evidenciação do valor contábil da provisão no início e no fim do período e descrição da natureza da obrigação.

A Tabela 4 apresenta a composição da carteira ISE 2015 por setores de atuação das empresas. A classificação de cada setor em alto impacto e moderado impacto é baseada na classificação do próprio ISE, que separa as empresas em seis grupos, de acordo com sua classificação de risco ambiental, para aplicação de um questionário diferenciado a cada uma.

Tabela 4 Composição da carteira ISE por setor

Setor	Aspecto Ambiental	Quantidade de Empresas	Nº de Empresas com Provisões Ambientais
Água e Saneamento	Alto Impacto	1	1
Construção Civil	Moderado Impacto	1	0
Consumo Cíclico (Diversos)	Alto/Moderado Impacto	3	0
Consumo não Cíclico (Diversos)	Alto/Moderado Impacto	3	0
Energia Elétrica	Alto Impacto	10	5
Financeiro e Outros	Moderado Impacto	8	0
Madeira e Papel	Alto Impacto	1	0
Máquinas e Equipamentos	Alto Impacto	1	0
Material de Transporte	Moderado Impacto	1	0
Minerais Metálicos	Alto Impacto	1	1
Papel e Celulose	Alto Impacto	2	0
Petroquímico	Alto Impacto	1	1
Siderurgia e Metalurgia	Alto Impacto	2	2
Telecomunicações	Moderado Impacto	2	0
Transporte	Moderado Impacto	3	0
Total		40	10

Fonte: Dados da pesquisa.

Foi possível observar uma concentração de empresas em alguns setores específicos, como o setor de Energia Elétrica e o setor Financeiro, considerados de alto impacto e moderado impacto, respectivamente. Há uma tendência de empresas com potencial impacto ambiental buscarem participação nos índices de sustentabilidade, e isso pode ser visto na composição do ISE: 25 empresas são consideradas de alto impacto, representando 63% do total de empresas da carteira. Essa informação pode ser confirmada no trabalho de Nunes, Teixeira, Nossa e Galdi (2010), cujo resultado da pesquisa mostrou que a chance de uma empresa que atua em um setor considerado de alto impacto aderir ao ISE aumenta em 11,55 vezes. Segundo os mesmos autores, uma atividade de alto impacto "é um fator determinante de práticas socioambientais, pois o alto risco político das empresas inseridas nesses setores conduz a uma alta visibilidade para o mercado, governo e sociedade" (Nunes *et al.*, 2010, p. 338).

Tabela 5 Pontuação das empresas conforme métrica utilizada

Empresa	Pontuação					Total	
	2010	2011	2012	2013	2014	Soma	%
AES ELETROPAULO	10	10	12	16	16	64	71%
AES TIETE	12	12	12	12	16	64	71%
BRASKEM	13	12	12	10	13	60	67%

SABESP	11	8	14	12	12	57	63%
VALE	7	12	12	12	12	55	61%
CEMIG	9	10	12	12	10	53	59%
COPEL	10	10	10	10	10	50	56%
TRACTEBEL	8	8	8	8	8	40	44%
GERDAU / GERDAU MET	4	4	4	4	4	20	22%

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 5 apresenta a apuração dos dados coletados na pesquisa, mostrando a pontuação de cada empresa nos cinco anos estudados, bem como a soma dos pontos de cada uma e o percentual equivalente de evidenciação.

Nenhuma empresa evidenciou completamente suas provisões conforme orienta o CPC 25. Pelo total das pontuações, é possível observar que as empresas que mais evidenciaram as informações ambientais pesquisadas foram AES ELETROPAULO e AES TIETE, sendo que esta última manteve uma pontuação mais equilibrada entre os anos analisados. A AES ELETROPAULO ampliou seu nível de evidenciação nas categorias que se referem aos valores das provisões não utilizadas e que foram revertidas no período, ao cronograma esperado da saída dos recursos provisionados e às incertezas existentes sobre os valores das provisões, refletindo no seu nível de evidenciação geral, o qual apresentou a maior evolução dentre as empresas analisadas.

Em contrapartida, GERDAU e GERDAU MET foram as empresas que obtiveram o pior desempenho na evidenciação. Elas apresentaram apenas descrição da natureza da obrigação e valor contábil da provisão no início e no fim do período. Além disso, as notas explicativas das duas empresas trazem apenas os valores consolidados desta obrigação. Por conta disso, as pontuações dessas empresas foram apresentadas conjuntamente em uma linha.

Quanto à porcentagem de evidenciação de cada empresa, considerando que o valor máximo que as empresas podiam conseguir na soma dos cinco anos estudados é de 90 pontos, vemos que o maior nível de evidenciação chegou a 71% do total possível, e o menor a apenas 22%.

Analisando a variação ocorrida entre 2010 e 2014, verificou-se que todas as empresas apresentaram pontuação igual ou mais elevada no último ano, um resultado que pode ser considerado positivo. A incerteza quanto a este resultado refere-se ao fato de algumas empresas serem instáveis em suas evidenciações, isto é, divulgar suas informações de certa forma em um ano e decair na evidenciação no ano seguinte. Destaca-se como exemplo as empresas BRASKEM, CEMIG e SABESP. A Figura 1 possibilita uma melhor visualização das variações ocorridas nos anos estudados.

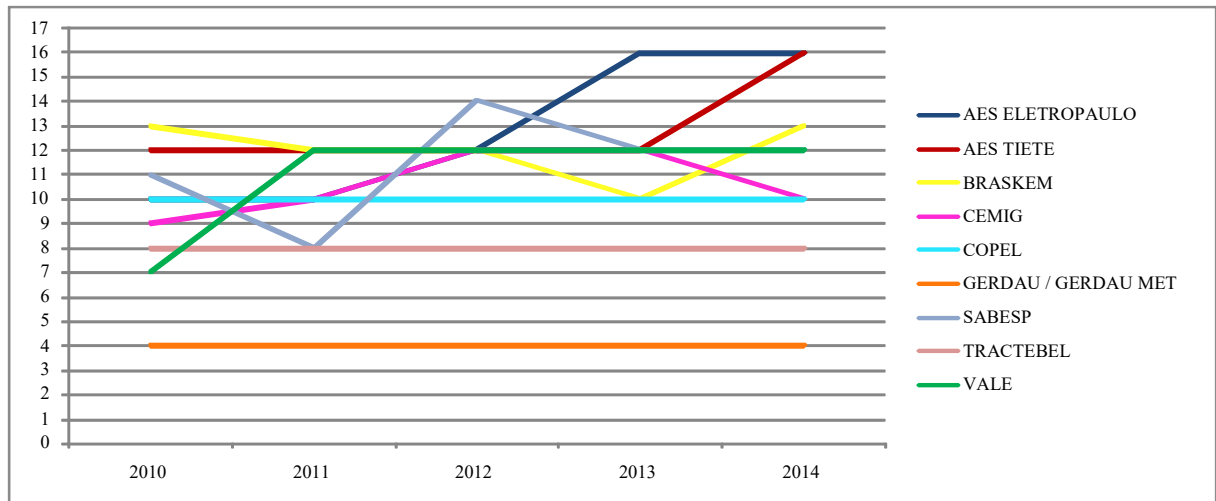


Figura 1 Variação da evidênciação no período de 2010 a 2014

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando que a evidênciação podia variar de 0 a 18 (em cada ano), classificou-se as pontuações da seguinte maneira: evidenciam (E) os passivos ambientais conforme CPC 25 as empresas com pontuação entre 12 e 18; evidenciam parcialmente (EP) as empresas com pontuação entre 6 e 11; e não evidenciam (NE) aquelas com pontuação entre 0 e 5.

Tabela 6 Nível de evidênciação de cada empresa

Empresa	Evidênciação				
	2010	2011	2012	2013	2014
AES ELETROPAULO	EP	EP	E	E	E
AES TIETE	E	E	E	E	E
BRASKEM	E	E	E	EP	E
CEMIG	EP	EP	E	E	EP
COPEL	EP	EP	EP	EP	EP
GERDAU / GERDAU MET	NE	NE	NE	NE	NE
SABESP	EP	EP	E	E	E
TRACTEBEL	EP	EP	EP	EP	EP
VALE	EP	E	E	E	E

Fonte: Dados da pesquisa.

Com essa classificação, pode-se concluir que apenas AES TIETE evidenciou suas provisões ambientais conforme o CPC 25 em todos os anos analisados. GERDAU e GERDAU MET foram as empresas que não evidenciaram conforme o Pronunciamento em nenhum dos anos estudados.

Foi possível verificar ainda uma ampliação no nível de evidênciação das provisões ambientais. Foram apenas duas empresas que evidenciaram essas obrigações em acordo com o CPC 25 em 2010, passando para três em 2011. No ano de 2012 houve o melhor desempenho geral e seis empresas evidenciaram corretamente os itens avaliados; em 2013 e 2014, cinco empresas evidenciaram conforme o CPC 25. Podemos perceber que as mudanças nos níveis de evidênciação são lentas e graduais, mas com certeza serão positivas ao longo dos próximos anos, por conta principalmente da pressão que os *stakeholders* exercem sobre as companhias.

As 10 empresas avaliadas neste estudo estão distribuídas em três setores de atuação, segundo classificação da BM&FBOVESPA: Materiais Básicos, Energia Elétrica e Água e Saneamento.

Tabela 7 Evidenciação por setor de atuação

Setor	Empresa	Pontuação Total por Empresa	Média do Setor
Materiais Básicos (Diversos)	BRASKEM	60	38,75
	GERDAU	20	
	GERDAU MET	20	
	VALE	55	
Energia Elétrica	AES ELETROPAULO	64	55,4
	AES TIETE	64	
	CEMIG	53	
	COPEL	56	
	TRACTEBEL	40	
Água e Saneamento	SABESP	57	57

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 7 apresenta a pontuação de cada empresa e a média setorial. O setor de Energia Elétrica é representado por 5 empresas, alcançando a melhor média de evidenciação com 55,4 pontos. Neste grupo, estão presentes as duas empresas que obtiveram a melhor pontuação: AES ELETROPAULO e AES TIETE. O setor de materiais básicos, que engloba os setores petroquímico, siderurgia e metalurgia, e máquinas e equipamentos, chegou a uma média de 38,75 pontos, com a participação de 4 empresas, dentre elas as duas com as piores evidenciações das provisões ambientais: GERDAU e GERDAU MET. Apenas 1 empresa está inserida no setor de Água e Saneamento, SABESP, que somou um total de 57 pontos no *disclosure* ambiental.

Os resultados encontrados a partir da análise setorial corroboram a hipótese apresentada e confirmada por Menezes *et al.* (2014), a qual diz que as empresas do setor de energia elétrica são mais transparentes na evidenciação de seus passivos ambientais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma crescente conscientização no meio empresarial de que a utilização dos recursos naturais deve ser otimizada e que através do desenvolvimento tecnológico seja possível uma redução da ineficiência e do desperdício, buscando o equilíbrio ambiental. Sentindo uma pressão cada vez maior por parte dos *stakeholders*, os quais buscam mais transparência e evidenciação para uma tomada de decisão baseada em informações úteis e fidedignas, as organizações estão se preocupando mais com o nível de *disclosure* de suas demonstrações.

A visão restrita de evidenciação, que relaciona divulgação a informações estritamente financeiras, é inapropriada quando se busca saber sobre a realidade empresarial, e para que exista verdadeira transparência, é necessário que as empresas apresentem tanto informações positivas quanto negativas sobre a sua situação, além de praticarem o *disclosure* voluntário, de forma a utilizarem padrões de conduta superiores aos exigidos pela lei.

Sabendo da pertinência que a questão da evidenciação possui e com a finalidade de trazer novas contribuições ao estudo da contabilidade ambiental, o presente estudo tentou compreender como as organizações listadas na carteira ISE se portam quanto ao *disclosure* de suas provisões ambientais. Com vistas a atender às necessidades dos *stakeholders*, esta

pesquisa teve como objetivo analisar se as empresas listadas nas carteiras ISE do ano de 2015 evidenciam suas provisões ambientais conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25.

A partir de uma análise de conteúdo das notas explicativas do período de 2010 a 2014 publicadas pelas empresas que possuíam provisões ambientais em seus balanços patrimoniais, chegou-se a conclusão de que a maioria das empresas não evidencia suas provisões ambientais adequadamente. Conforme dados encontrados com a pesquisa, apenas 1 empresa, AES TIETE, de um total de 10 que possuíam provisões ambientais, divulgou suas informações conforme sugere o CPC 25. Também foi possível verificar que houve mais transparência quanto às informações quantitativas do que quanto às informações qualitativas.

A pesquisa limitou-se a um pequeno número de empresas listadas no ISE, característica que pode qualificar seus resultados como não fidedignos à realidade. Além disso, pesquisas futuras podem não obter os mesmos resultados, ainda que analisem as mesmas informações, visto que a utilização da análise de conteúdo aufere certa subjetividade aos resultados encontrados. Sugere-se que estudos posteriores apliquem o mesmo método de pesquisa a uma população diferente, buscando uma amostra maior e/ou um modelo de comparação diferente.

REFERÊNCIAS

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BM&FBOVESPA: *A Nova Bolsa*. Recuperado em 10 novembro, 2015 de <<http://www.bmfbovespa.com.br>>

BM&FBOVESPA (2012). O Valor do ISE. Recuperado em 10 novembro, 2015 de <<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/O-Valor-do-ISE.pdf>>

Cervo, A. L., & Bervian, P. A. (2006). *Metodologia Científica* (5a ed.). São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento técnico CPC25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Recuperado em 29 janeiro, 2016 de <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=43>>

Freeman, R. E. (1984). *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. Boston: Pitman.

Freitas, D. P. S., & Oleiro, W. N. (2011). Contabilidade ambiental: A evidenciação nas demonstrações financeiras das empresas listadas na BM&FBOVESPA. *REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 1(2), 65-81.

Ganem, R. S. (2012). De Estocolmo a Rio +20: Avanço ou retrocesso? *Cadernos ASLEGIS*, 45, 31-62. Recuperado em 16 fevereiro, 2016 de <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/12297>>

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed.). São Paulo: Atlas.

Goulart, A. M. C. (2003). *Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da Contabilidade* (5a ed.). São Paulo: Atlas.

Jacobi, P. R. (2005). Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Educação e Pesquisa*, 31(2), 233-250.

Lima, G. A. S. F. de, (2007). *Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas brasileiras*. (Tese de Doutorado).

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Marcondes, A. W., & Bacarji, C. D. (2010). *ISE - Sustentabilidade no Mercado de Capitais*. São Paulo: Report.

Mascena, K. M. N. de (2013). *Priorização de stakeholders: um estudo em empresas que divulgam relatórios com a estrutura da Global Reporting Initiative - GRI no Brasil*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Menezes, B. S. de, Arruda, A. T. F. F. P., Cabral, A. C. D. A., Santos, S. M. dos, & Silva, M. N. M. (2014). In XVI ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. São Paulo, SP.

Monteiro, P. R. A., & Ferreira, A. C. de S. (2007). A evidenciação da informação ambiental nos relatórios contábeis: um estudo comparativo com o modelo do ISAR/UNCTAD. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 1(1), 82-101.

Nossa, V. (2002). *Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Nunes, J. G., Teixeira, A. J. C., Nossa, V., & Galdi, F. C. (2010). Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao índice BM&FBOVESPA de sustentabilidade empresarial. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 7(4), 328-340.

Ribeiro, H. C. M. (2015). Teoria dos stakeholders: um estudo bibliométrico de sua produção acadêmica divulgada nos periódicos nacionais de 1999 a 2013. In *VII ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA/3 Es*. Brasília, DF.

Silva, J. O., Rocha, I., Wienhage, P., & Rausch, R. B. (2009). Gestão ambiental: uma análise da evidenciação das empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). *Revista de Gestão Ambiental*, 3(3), 56-71.

Souza, M. A. de, Rásia, K. A., & Jacques, F. V. da S. (2010). Evidenciação de informações ambientais pelas empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 2(1), 51-139.

Tinoco, J. E. P., & Kraemer, M. E. P. (2008). *Contabilidade e Gestão Ambiental* (2a ed.). São Paulo: Atlas.